

## **A AMBIÊNCIA INTELECTUAL E A CAUSA DA INSTRUÇÃO NAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XIX NO RIO DE JANEIRO**

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha - Campo DDSE

Eixo 5. Memória e História da Educação

Pensar o estatuto do intelectual, os temas que inscreve no debate e o movimento que procura promover em relação aos problemas que aborda, nos coloca frente aos desafios de analisar a intelectualidade e as questões que mobilizaram sua atenção. Em nosso caso, trata-se de apresentar um pequeno estudo, na área de história social da educação, acerca da ambiência intelectual nas últimas décadas do século XIX, no Rio de Janeiro, cuja intelectualidade teve, entre outras, a causa da instrução como bandeira de luta e pensou as condições para promovê-la. Para tanto, analiso algumas visões da historiografia sobre o tema que tornem pensáveis as articulações entre a intelectualidade, a instrução e os projetos de construção de uma nova ordem civilizatória, ao fim do século.

O termo intelectual, de imprecisa definição, foi objeto de reflexão para alguns autores, que operaram com essa noção. Sirinelli (2003) propõe pensar os intelectuais a partir de uma dupla acepção; de um lado, uma abordagem ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, de outro, uma mais estreita, baseada no engajamento da vida na cidade, seja como ator ou consciência política, sugerindo ainda, que todo estudo sobre o meio intelectual deveria partir da definição ampla (p.242-243).Entretanto, conforme nos sugere Rebeca Gontijo (2005), não são acepções excludentes, pois o reconhecimento de suas atividades legitima a intervenção dos intelectuais na sociedade como atores políticos (p.263).

Já Alessandra Schueler (2008), analisando as experiências profissionais docentes, sua produção escrita e a construção de grupos de sociabilidades, na cidade do Rio de Janeiro, ao fim do XIX, considerou os professores primários brasileiros como integrantes de um grupo específico de intelectuais urbanos, apoiada no alargamento do conceito, como produzido por Carlota Boto (2003), em relação à constituição da profissão docente em Portugal, no decorrer do século XIX.

Como premissa a este trabalho, tem-se que o movimento intelectual de fins do Oitocentos foi um fenômeno internacional. Tanto na Europa quanto na América se caracterizou como uma reação ao padrão intelectual e político vigente na sociedade tradicional, principalmente ao romantismo e ao catolicismo. De maneira geral, essas gerações intelectuais compartilhavam de um mesmo elitismo científico e uma dimensão política que se canalizava num programa reformista (ALONSO, 2002).

Com a subida, em 1871, do Gabinete Rio Branco, tem início um programa de reformas objetivando uma modernização conservadora, tentativa que se mostraria insuficiente, apesar das alterações visíveis no país. Além da polêmica Lei do Ventre Livre, seus efeitos para a educação, especificamente, traduziram-se na reforma de 1874, em seus vários aspectos, a saber, a expansão do ensino com a criação de escolas primárias e de várias escolas normais e a diversificação no ensino superior, com a abertura de novas carreiras técnicas, ampliando seu acesso, contemplando grupos sociais não pertencentes à elite senhorial. Por exemplo, a divisão da Escola Central, em Escola Militar e Politécnica, separando militares e engenheiros.

Entretanto, as reformas polarizaram as opiniões, levando ao rompimento do equilíbrio partidário, com a fundação do Partido Republicano e o aprofundamento da cisão dentro da elite, caracterizando a crise do Império. Em sua incompletude, essa modernização não atingiu o ideal saquarema de civilizar os homens livres pobres pela educação (MATTOS, 2004). Conferiu visibilidade política à parcelas da sociedade, que foram reconhecidas, porém não incorporadas pelo regime.

A modernização da infra-estrutura trouxe, além da melhoria dos transportes e da comunicação, com as estradas de ferro e o telégrafo, novos aportes técnicos, com a disseminação de tipografias e da imprensa, com a abertura de livrarias, editoras, jornais, ampliando o universo intelectual para além da elite política (ALONSO, 2002, p.94). Nesse período, a população quase dobrou, incrementada pelo afluxo de libertos e imigrantes, levando a uma expansão do setor terciário da economia da cidade, com o crescimento do comércio, dos serviços e das profissões liberais.

A centralidade do Rio de Janeiro e sua intensa politização, primeiro Corte Imperial e depois, Capital Federal, atraía talentos intelectuais da província, como Rui Barbosa (da Bahia), Sylvio Romero (de Sergipe), já na República, José Veríssimo (do Pará), e tantos outros, que confluíam para a cidade, onde se concentrava a maior parte dos empregos da burocracia estatal, notadamente no ensino, o acesso mais fácil aos chefes partidários e a possibilidade de bons casamentos, objetivando a tessitura de uma rede necessária de relações pessoais.

Tais fatores conjugados levaram a um incremento do público leitor, saído principalmente, dos novos grupos sociais formados por causa da urbanização. O fenômeno do inchaço dos setores médios letrados articula-se com a reforma do sistema de ensino, ampliando canais de expressão política, fora da vida parlamentar. A transformação e ampliação do espaço público, com a constituição de variados grupos e espaços distintos e plurais de sociabilidades intelectuais, como associações, clubes, conferências, livrarias e

comícios, ressignificou a rua, incorporando um elenco de temas para o debate público, como o reformismo, a abolição da escravidão e o republicanismo (MELLO, 2007).

Perpassando essa agenda, a questão candente da educação e instrução do povo, como a mobilização causada, em 1879, pela aprovação da reforma para o sistema educacional, do liberal-radical Leôncio de Carvalho, que contemplava muitas reivindicações do movimento intelectual, como a laicização do ensino, a reforma dos currículos e a moralização das formas de ingresso e aprovação de alunos. Aprovada parcialmente, não foi implementada com a queda do Gabinete, logo depois, em 1880.

A despeito de haverem monarquistas ferrenhos no movimento intelectual de fins do séc. XIX, como Joaquim Nabuco e o engenheiro-militar André Rebouças, a maioria dos seus integrantes, apostava na derrubada da monarquia como o meio através do qual o país encontraria o caminho do progresso e da modernização de onde vinha, para os cientificistas, a crença na inevitabilidade da república. Instabilidade política e econômica marcaram a primeira década republicana, com inúmeras tensões, conflitos e indefinições de rumos. Havia profundas divergências acerca da nação a que se aspirava, e apesar de existirem objetivos comuns no seio da intelectualidade, as vias para atingi-los geravam controvérsias.

### **Referências bibliográficas:**

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOTO, Carlota. O professor primário português como intelectual: “Eu ensino, logo existo”. *Revista da História das Idéias*. Faculdade de Letras de Coimbra, v.24, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Edur, 2007.

GONTIJO, Rebeca. “História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual”. In: SOIHET, R.; BICALHO, M.; GOUVÊA, M. (Orgs). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2005.

SCHUELER, Alessandra. *Professores primários como intelectuais na corte imperial: experiências profissionais, produção escrita e grupos de sociabilidades (1860-1889)*. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Mimeo.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. 2ª ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.